





**PAISAGENS CULTURAIS BRASILEIRAS**  
Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos

patrocínio



realização



Ministério da  
Cultura







1 Nuvem da manhã, Terra Boa, Paraná – 1952.  
(Haruo Ohara/Acervo Instituto Moreira Salles)

**C**onvidamos a todos para uma viagem e diversas experiências. Uma jornada que percorre as estradas e as páginas da obra *Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos*, da coletânea *Paisagens Culturais Brasileiras*, promovida pelo Instituto Triunfo.

Em atividade desde 2007, o Instituto Triunfo tem como propósito contribuir para o desenvolvimento sustentado das regiões de operação da Triunfo Participações e Investimentos. Missão compartilhada com a Triunfo Econorte, empresa que há dezessete anos administra 341 quilômetros de rodovias no Norte do Paraná.

Os valores de respeito às pessoas, conservação do meio ambiente, ética, integridade, cooperação e solidariedade constituem a base para nossa atuação, que se realiza por meio do envolvimento comunitário e da proposição de soluções para os desafios da sociedade.

Dentro destes propósitos, um dos eixos estratégicos do Instituto Triunfo é a promoção cultural, por intermédio do qual buscamos valorizar a memória do setor de infraestrutura no Brasil assim como preservar e impulsionar a cultura regional.

A obra *Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos*, ao narrar com enfoques geográfico, econômico e histórico os encontros entre grupos humanos que vêm participando na conformação das distintas paisagens e da economia do Norte Novo e Norte Pioneiro do Paraná, oferece uma importante contribuição para a recuperação e o registro de aspectos significativos da memória paranaense e brasileira.

O momento é oportuno, uma vez que o lançamento da publicação ocorre no período em que a cidade de Londrina, uma das metrópoles regionais mais importantes do Brasil, comemora seu aniversário de 80 anos. Esta é uma homenagem que temos o privilégio de fazer àqueles que vêm construindo essa história.



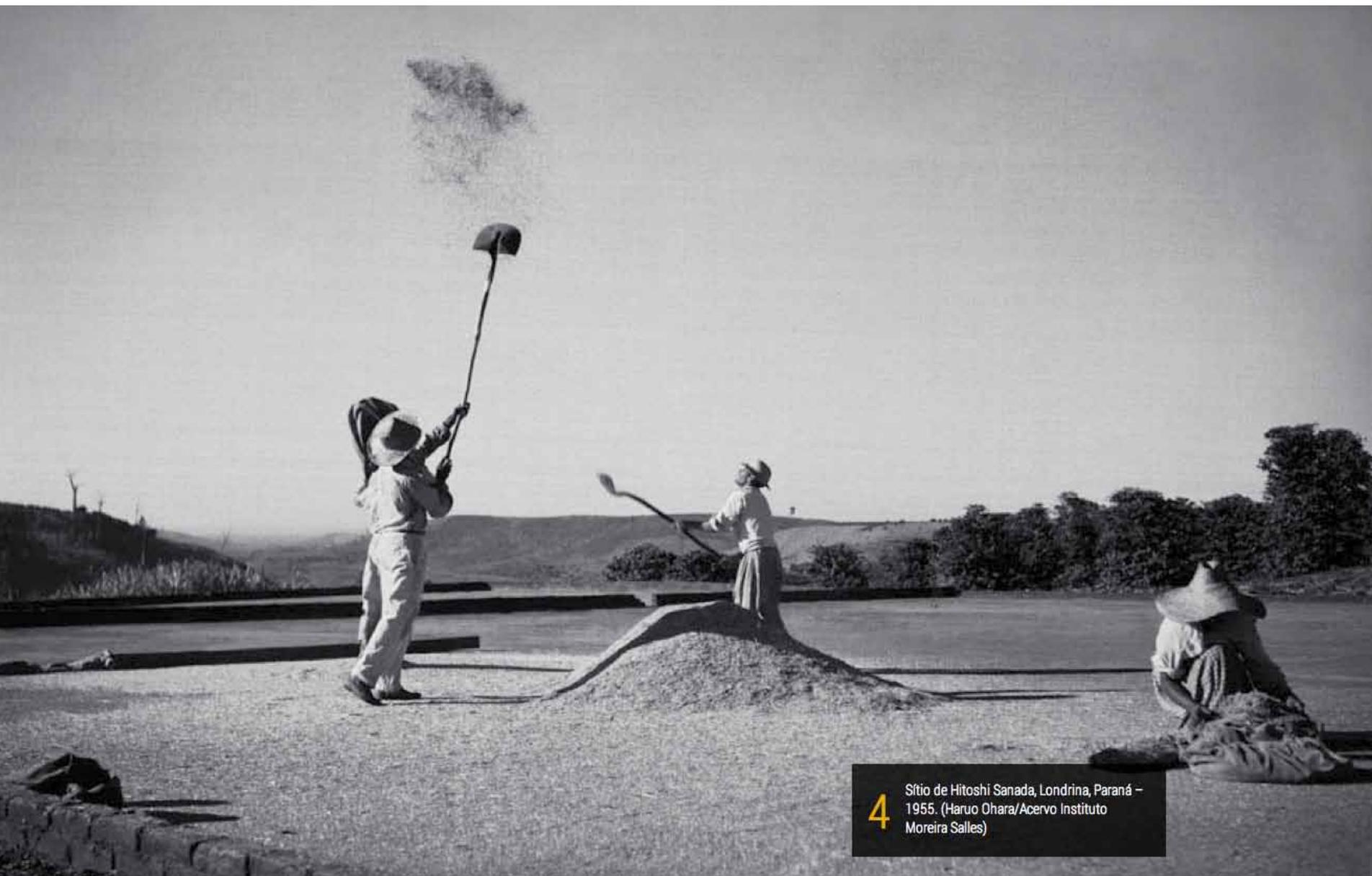
**É** com satisfação que trazemos a público o livro Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos, cujo propósito é homenagear essa fértil e bela terra paranaense. Hoje a Triunfo Econorte tem orgulho de participar da história do Norte do Paraná, atuando pelo seu desenvolvimento e melhoria, em um trecho de 341 quilômetros que ligam quinze de seus municípios: Sertaneja, Sertanópolis, Cambé, Londrina, Ibiporã, Jataizinho, Uraí, Assaí, Cornélio Procópio, Santa Mariana, Bandeirantes, Andirá, Cambará, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina.

Completamos 17 anos de muito trabalho nesses caminhos. No desejo de compartilhar dessa comemoração, pensamos em registrar e perpetuar em um livro um painel dos diferentes tempos, contextos e povos que moldaram as paisagens locais. Tarefa difícil, posto que buscar compreendê-las é adentrar em emaranhados ainda pouco explorados. Mas tal incitamento resultou em uma obra cujos ensaios instigam e convidam a novos aprofundamentos dos aspectos neles apresentados: as possíveis diferenciações entre o "norte pioneiro" e o "norte novo"; a narrativa pictórica setecentista do confronto entre povos autóctones e colonizadores no interior do que viria a ser o Paraná; as razões da surpreendente reunião de povos e etnias em curto tempo; e, ainda, as causas da existência de um admirável patrimônio arquitetônico, muitas vezes esquecido.

Aqui, a riqueza do solo possibilitou a prosperidade e o crescimento pelo cultivo do café, o "ouro verde" e, após a devastação provocada pela "geada negra" de 1975, a reinvenção da economia local com a lavra de novas e variadas culturas. Londrina é o resultado mais eloquente desse sucesso e daí lançamos esta publicação como parte das comemorações do aniversário de seus oitenta anos.

Cientes de nosso papel ao longo desses anos de concessão, temos buscado a excelência nos serviços que prestamos, não somente oferecendo rodovias seguras e os serviços de atendimento aos usuários, mas também, procedendo de forma a transcender a nossas atividades nas rodovias. *Pari passu*, desenvolvemos um trabalho amplo e especial junto à comunidade e aos nossos profissionais, sejam eles diretos ou indiretos, gerando conhecimento, apoio social e empregos.

Acreditando na força do povo, a Triunfo Econorte sabe do futuro próspero do Norte do Paraná. Esperamos contribuir, com essas páginas, para isso.



4 Sítio de Hitoshi Sanada, Londrina, Paraná -  
1955. (Haruo Ohara/Acervo Instituto  
Moreira Salles)

# paisagens culturais brasileiras rumo ao norte do Paraná

Maria Cristina Wolff de Carvalho  
Paulo César Garcez Marins

**A**s paisagens do norte do Paraná desafiam o olhar dos visitantes acostumados a um país de interiores pouco densos. São vastas sucessões de áreas meticulosamente cultivadas, cortadas por rodovias e pontuadas, aqui e ali, por cidades de todos os tamanhos, desde lugarejos esquecidos que lembram velhas origens imigrantes, até a dinâmica e atarefada Londrina, antiga capital do café e hoje uma metrópole regional.

Segundo volume da coleção "Paisagens Culturais Brasileiras", *Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos*, tem o propósito de mostrar os processos sociais e espaciais pelos quais essas terras ao sul do rio Paranapanema se tornaram um dos polos econômicos de seu estado e do próprio país. A publicação tem em vista apresentar a um público amplo e diversificado, o território multifacetado de quinze municípios paranaenses. Terras atravessadas pelas rodovias de concessão da Triunfo Econorte: segmentos das estradas federais BR 369 e BR 153; e das estradas estaduais PR 323, PR 445 e PR 090, num total de 341 quilômetros.

*Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos* nasceu do intuito de compreender paisagens em transformação constante, moldadas por diversos grupos sociais que construíram a história da região. Índios, portugueses colonizadores, bandeirantes, imigrantes vindos da Europa e da Ásia, paulistas vindos com a onda do café e migrantes de outras plagas do Brasil ali lutaram, conviveram e se sucederam ao longo de cinco séculos de contatos. Suas marcas compõem uma paisagem cultural múltipla, constituída por fronteiras móveis, atravessada por caminhos, estradas de ferro e rodovias que a conectaram com o restante do país e com os vizinhos da América do Sul.

No primeiro ensaio, o arquiteto e geógrafo Alessandro Filla Rosaneli apresenta a fortuna histórica dos processos de apropriação, exploração e fixação de grupos humanos nessas partes do Paraná, desde tempos remotos. Oferece um quadro amplo dos processos sociais que permitiram a formação das grandes propriedades rurais e do binômio da colonização rural associada à urbana, abordando ainda a necessária distinção entre as paisagens do "Norte Pioneiro" e do "Norte Novo" do Paraná.

Na sequência, no ensaio da historiadora da arte Maria Izabel Branco Ribeiro, são apresentadas 39 aquarelas atribuídas ao pintor setecentista português Joaquim José de Miranda, pertencentes à coleção de Beatriz e Mário Pimenta Camargo. Este conjunto, sem paralelo na iconografia colonial, narra episódios no qual a Coroa portuguesa envia expedições aos então chamados "campos de Guarapuava". Esses contatos, estabelecidos a partir de meados do século XVIII no atual território paranaense, visavam ampliar a dominação colonial e submeter as populações indígenas Caingangues que haviam sobrevivido aos massacres realizados pelos bandeirantes nas décadas anteriores. A luta pela posse da terra e a sobrevivência de culturas em choque são retratadas nessas imagens, que do Paraná lançam nossa reflexão para a história de contatos difíceis em todo o país.

Os professores Vanda Moraes, Regina Alegro e Paulo César Boni nos oferecem, em seguida, um painel a respeito dos grupos humanos estabelecidos no norte do Paraná na era em que as matas cediam lugar à agricultura. A partir da cafeicultura iniciada no séc. XIX, e da colonização sistemática empreendida na primeira metade do séc. XX, grupos de migrantes e imigrantes trouxeram para ali muita esperança de fortuna e também a memória viva de suas tradições

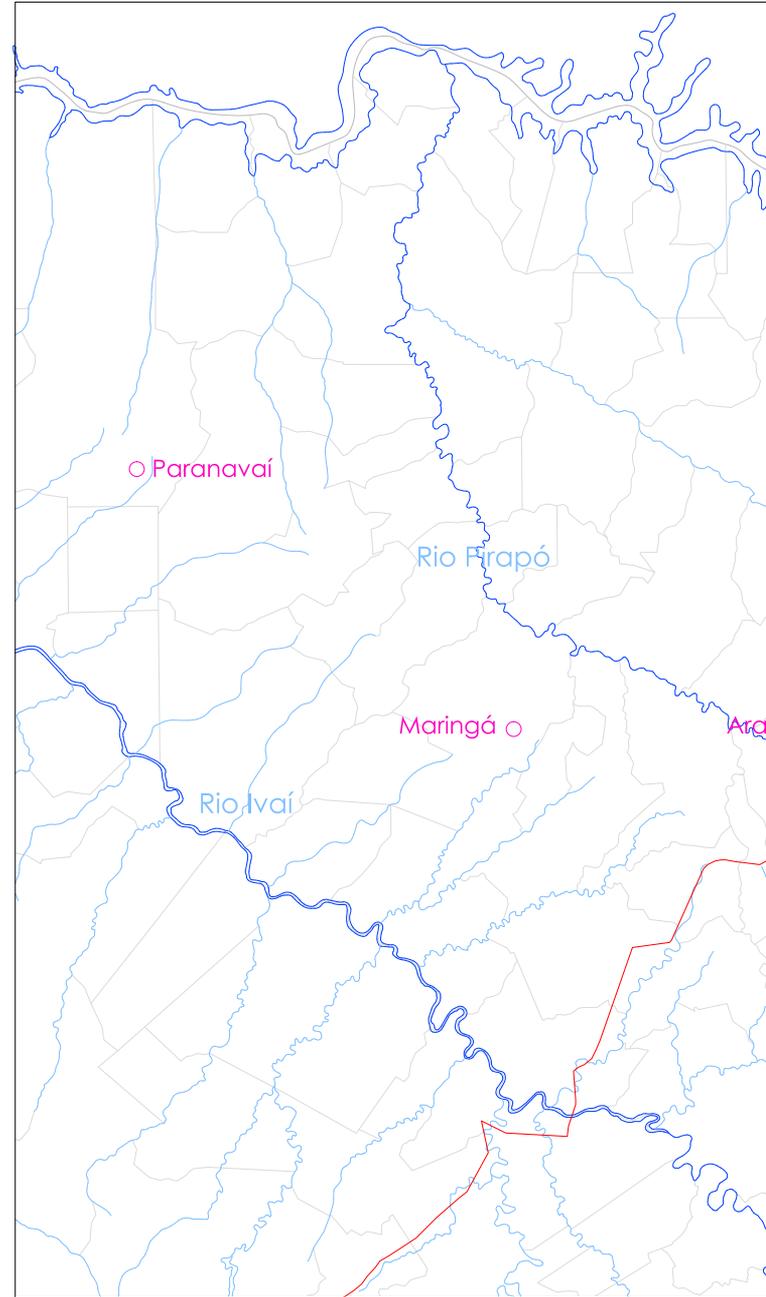
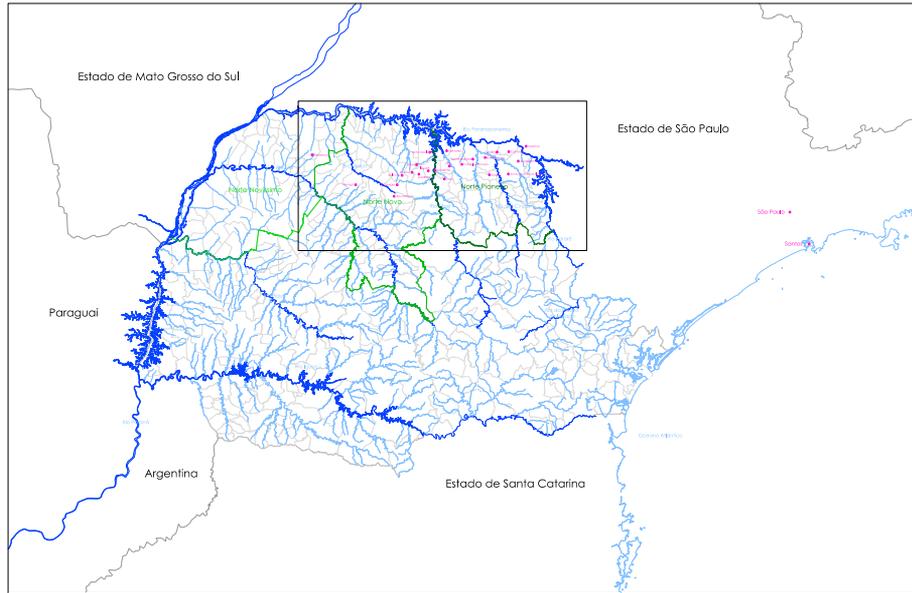
culturais. A seleção de imagens fotográficas de coleções como a do Museu Histórico de Londrina, além de sua qualidade plástica, mostra surpreendentes e novos encontros entre povos, que renovavam a disputa pelas terras e ampliavam novamente as fronteiras das paisagens transformadas pela ação humana.

O ensaio final, da arquiteta e historiadora Juliana Suzuki, é dedicado à paisagem urbana de Londrina - aqui homenageada no seu aniversário de 80 anos - e aos arquitetos, engenheiros, construtores e empreendedores que a vem desenhando desde então. A partir de sua reflexão sobre a arquitetura londrinense, a autora discorre sobre o magnífico conjunto arquitetônico que a metrópole do norte do Paraná reuniu.

Seu ensaio nos alerta ainda, sobre os graves riscos aos quais ele está sujeito quando submetido a um processo de crescimento descontrolado, implacável em seus propósitos ou inconsequente em seu imediatismo. O reconhecimento do valor cultural desse patrimônio é, acreditamos, o primeiro passo para a garantia de sua preservação e dos sentidos que essa paisagem guarda para a população que a construiu.

Esperamos, portanto, que essas narrativas, voltadas à compreensão das fronteiras móveis, dos fluxos econômicos e dos contatos humanos que produziram esse território e suas paisagens, possam ser novos caminhos para a problematização desses encontros, ao mesmo tempo tensos e criativos, que são também uma síntese do Brasil.

Nosso agradecimento a todos que contribuíram e nos apoiaram para a concretização de Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos, especialmente ao Instituto Triunfo, que o tornou possível.



# Estado de São Paulo





# notas sobre a sinfônica transformação das paisagens do Norte do Paraná

*Alessandro Filla Rosaneli*

○ Norte do Paraná é uma extensa região geralmente delimitada em razão dos processos talhados pela força da ação humana, que os singularizam na constituição da hinterlândia brasileira. Contudo, suas paisagens também são resultado de alterações geológicas que esculpiram seu território em distintos platôs e impingiram características ao solo, clima e vegetação, as quais sugeriram o caminho humano por este chão. O propósito dessas linhas é rememorar sucintamente esses processos formativos que resultaram em acelerada, ainda que inconstante, modificação da natureza, a fim de ressaltar duas questões que, de modo geral, não são expostas com a devida correção de sua grandeza.

De um lado, nesse vasto território, a área situada nos vales dos rios Itararé, Cinzas, Paranapanema e Tibagi, atravessada pelos trilhos da antiga São Paulo – Paraná e pela rota da Rodovia dos Cereais, distingue-se do restante por uma peculiar característica de "sincronia". Comumente reconhecida como "Norte Pioneiro", essa porção do Paraná abrigou simultaneamente transformações que revelam as mudanças no modo de ocupação das terras no Brasil entre meados do século XIX e início do século XX, sobretudo por conta da conquista de propriedades e da posterior expansão febril do plantio do café. Dada a distinção em seu processo formativo, serão aqui chamadas de "frente leste-oeste" e "frente nordeste-sudoeste" de transformação do território. Prenunciavam os acontecimentos que se somariam para a ocupação das terras setentrionais do Paraná, em que a ação de companhias imobiliárias para organizar a repartição do solo foi sintomática, especialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

CD RIOS/POR DO SOL /RIO DAS

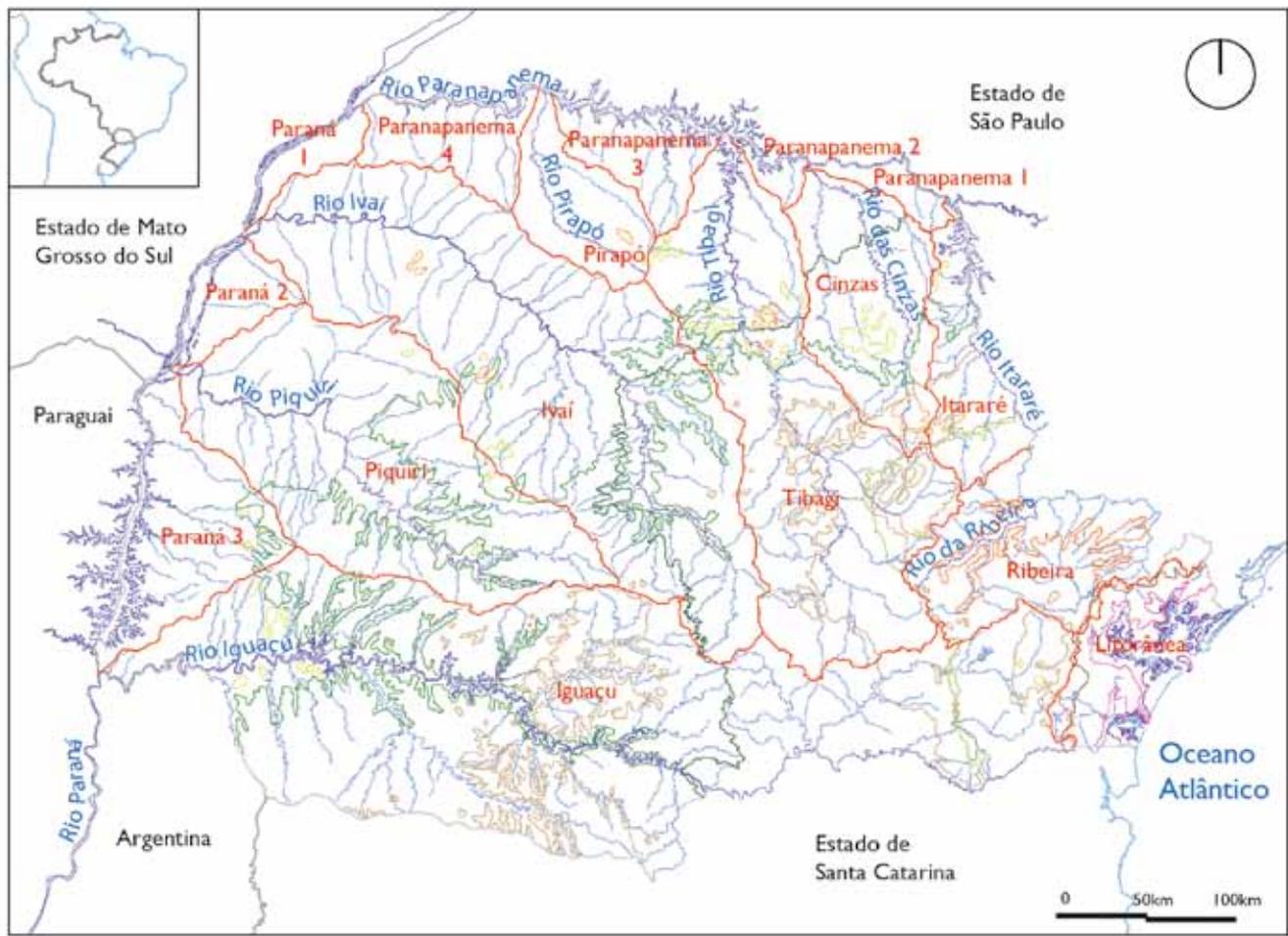
CD JATAIZINHO/ RUINAS / 4642

CD SANTA MARIANA/ AGRICULTURA /4927

A segunda questão, interdependente da anterior, é que, nesse movimento, a fundação de núcleos urbanos passou a ser algo cada vez mais corriqueiro – fato que sinaliza a importância das cidades para sustentar as atividades indispensáveis – resultando na criação de uma rede de povoados peculiarmente intensa para o Brasil urbano de então. Nesse aspecto, o ponto essencial é compreender as múltiplas expectativas envolvidas no ato de se criar uma cidade: quão difícil é reunir pessoas em torno de uma mesma perspectiva – uma verdadeira aposta, num momento tão exigente de abertura da floresta. Dessa forma, esse texto, ao ressaltar o distinto pioneirismo dessa porção do Norte do Paraná, procura melhor compreender os meandros que produziram a derradeira composição sinfônica da fronteira do café no Brasil.



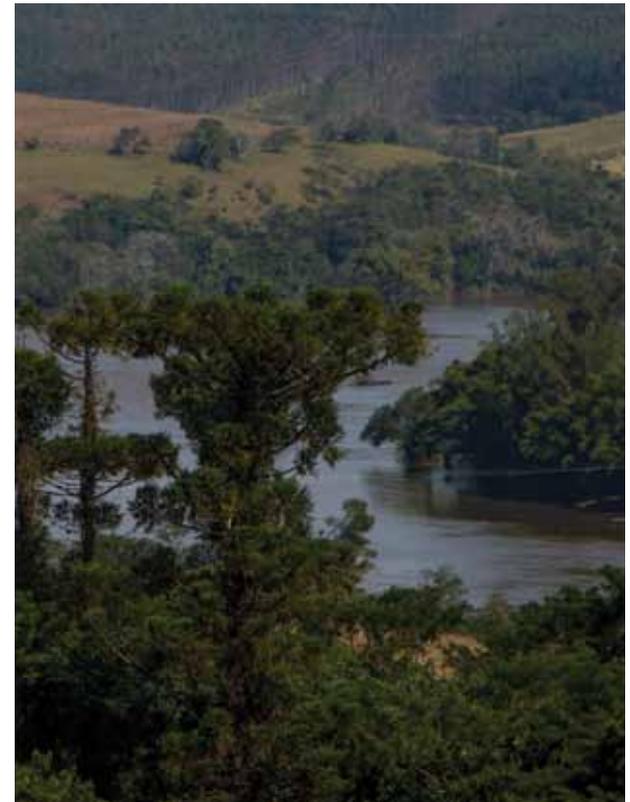




**A**s terras caracterizadas como Norte do Paraná estão majoritariamente assentadas no chamado Terceiro Planalto Paranaense, extensão territorial integrante do Planalto Meridional e localizada ao sul do grande Planalto Brasileiro, numa paisagem contínua em forma de "mares de morro", pontualmente agitada por pequenas elevações em serras. Nesse platô de formação sedimentar arenito-basáltica que ocupa 2/3 do território da atual conformação estadual afloram, em contínuas extensões de sua porção setentrional, solos de coloração vermelho intensa – "terra roxa" – caracterizados como um dos mais férteis do mundo para a exploração agrícola. Apresenta também uma rica rede hidrográfica, sendo recortado por importantes afluentes do rio Paraná: de norte ao sul, os rios Paranapanema, Cinzas, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu. O mapa 2 indica conjuntamente o reino vegetal, a rede hidrográfica principal e os limites dos planaltos paranaenses; e demonstra a divisão dos aspectos físicos dos solos paranaenses, respeitando também os limites dos planaltos.

Em sua composição nativa, esse grande planalto era pontuado por campos naturais – com manchas mais extensas, onde hoje se encontram os municípios de Guarapuava e Palmas, e outras de menor dimensão, na vizinhança dos atuais municípios de Campo Mourão e Sabáudia – e predominantemente preenchido com florestas do bioma da Mata Atlântica. Na sua porção norte e oeste, a densa floresta tropical era formada por exemplares vegetais de grande porte, que atingiam incríveis 40 metros de altura, como a figueira branca, o pau d'alho, a peroba, entre tantas outras, que indicavam a fertilidade do chão; mais ao sul, e também penetrando em terrenos superiores em todo o planalto, a floresta de araucárias imperava na paisagem com sua frondosa copa. Entretanto, a parcela nordeste desse território, junto às margens dos rios Itararé e Cinzas, estende-se por áreas pertencentes ao Segundo Planalto, fato geográfico que contribuiu para sua conquista pelos moradores de outras províncias brasileiras a partir de meados do século XIX, iniciando o processo que duraria um século para modificar as terras nortistas.

## O Norte antes do Paraná



CD JATAZINHO / RIO TIBAGI / 4656



CD IBIPORA / CASAS / 445I

4764

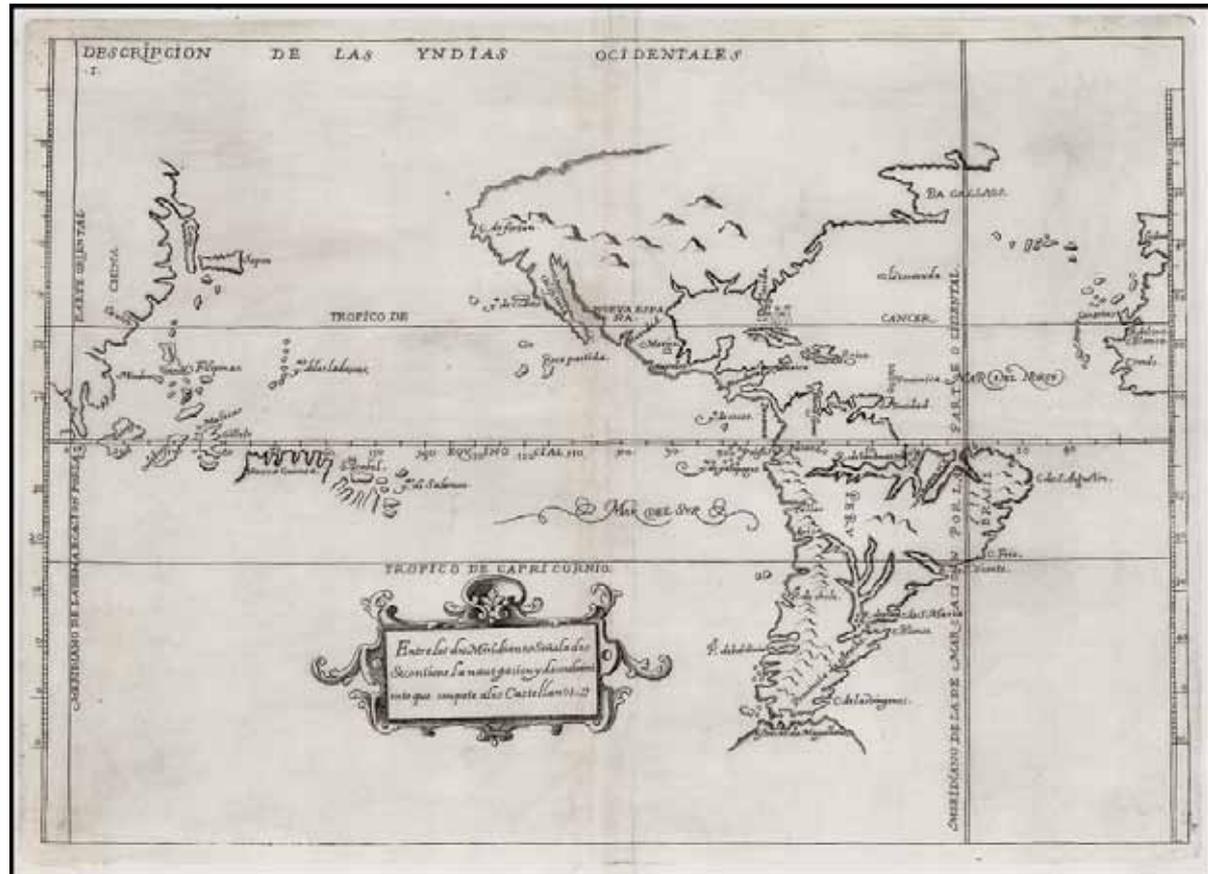
5002

A presença humana nessa porção do território paranaense, no entanto, já se reunia há milhares de anos com populações caçadoras e coletoras pré-cerâmicas. Estudos arqueológicos apontam que duas tradições presentes em toda a região Sul do Brasil aí também se basearam, mas sem deixar descendentes historicamente conhecidos: a Tradição Umu – espalhada também pelo Uruguai e porções do estado de São Paulo, entre 12 mil e 1.000 anos antes do presente, ocupava áreas de maior altitude e construía suas habitações tanto em locais abertos como ao abrigo das rochas; e a Tradição Humaitá – presente também na Argentina e Paraguai, entre 8.000 e 2.000 anos atrás, caracterizada por grupos que se reuniam em torno de acampamentos sazonais para a preparação das atividades ritualísticas, de lazer e subsistência.

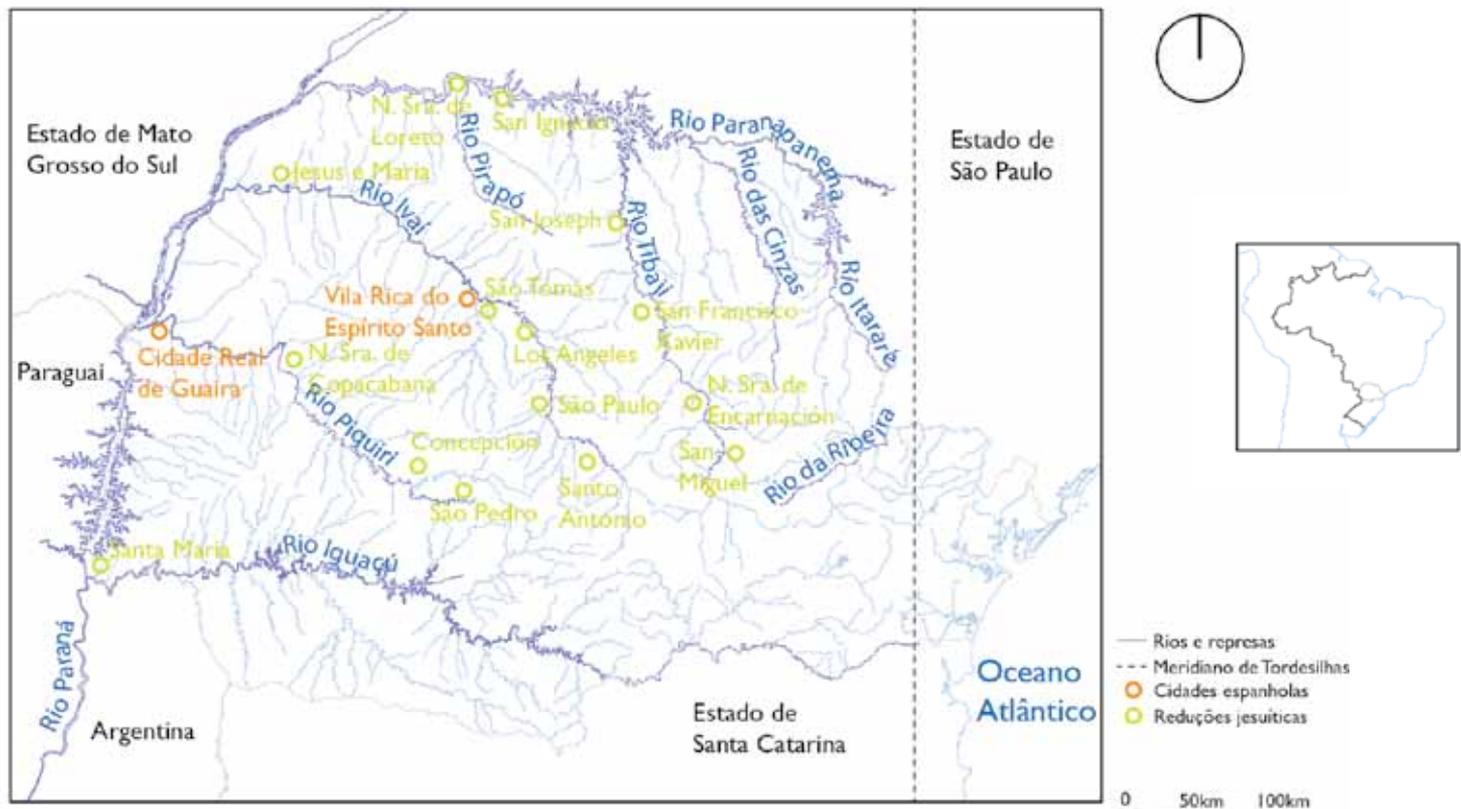
Essas tradições, que se distinguiam por uma notável estabilidade em suas escolhas tecnológicas e de matéria-prima, foram confrontadas, por volta de 2.500 anos atrás, com duas levas de populações procedentes do norte, cuja estrutura, tecnologia, adaptabilidade e densidade demográfica eram diversas: os Guaranis, que falam as línguas do tronco Tupi, e os Caingangues e Xoclengues, que falam línguas do tronco Macro-Jê. Esses grupos ceramistas e agricultores se espalharam tão vigorosamente pelo território, dominando as margens dos principais rios, expulsando, assimilando ou exterminando as populações que ali viviam, que as populações das duas tradições pré-cerâmicas teriam sido praticamente eliminadas dessa região quando da chegada dos primeiros conquistadores europeus. Essas populações vindas do norte, ao se enfrentarem mutuamente, também se alternaram no povoamento das terras sulinas: primeiramente, os Guaranis acabaram impelindo os Caingangues e os Xoclengues para longe dos rios, confinando-os nas terras mais altas e frias da região Sul. No território paranaense, os Caingangues se reuniram no centro-sul e nas zonas inter-fluviais e os Xoclengues foram empurrados para os contrafortes da Serra Geral. Posteriormente, sob o impacto dos primeiros conquistadores europeus, os Guaranis foram devastados, levando os Jê do Sul a retomar os vales do Tibagi, Piquiri e Ivaí no século XVII, quando enfrentariam as frequentes investidas dos jesuítas e dos bandeirantes no sertão brasileiro.



Mas enquanto o litoral brasileiro era paulatinamente conquistado pelos portugueses, as primeiras experiências de colonização europeia das terras do Terceiro Planalto seriam iniciadas pelo Império Espanhol, uma vez que o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, assegurava essa porção do Novo Mundo aos castelhanos, mais tarde nomeada como Provincia del Guayrá. Primeiramente com expedições que seguiam as trilhas indígenas e, depois, com a fundação de assentamentos, todavia não se consagraram como efetiva ocupação do espaço paranaense. Essa situação tomaria outros rumos com a convocação dos jesuítas a partir dos primórdios do século XVII: as reduções jesuíticas avançaram pelo interior, assentando-se próximas dos rios Ivaí, Corumbataí, Paranapanema e Tibagi, implementando uma profícua missão que perduraria por 150 anos nas Américas segundo um rígido planejamento espacial e divisão de trabalho.



O mapa 4 assinala a localização aproximada dessas colônias missionárias, considerando a rede hidrográfica e o Tratado de Tordesilhas (mapa 3). No caso paranaense, as reduções fundadas começaram a atrair a atenção dos vizinhos bandeirantes paulistas, que reconheciam nessas concentrações indígenas a vantagem de capturarem indivíduos já convertidos ao cristianismo e acostumados à labuta do campo. Em face dessa permanente e perigosa ameaça, em 1631, encerram-se as ações dos jesuítas nessa região, com seu deslocamento para novas áreas, mais ao sul do continente. Dessa maneira, nos próximos dois séculos, o povoamento no Paraná continuaria a se desenvolver no Primeiro e Segundo Planaltos sob a tutela do império português e a região norte do Paraná voltaria a ser o abrigo exclusivo dos povos autóctones, a não ser pelas investidas de bandeirantes e de sertanistas à procura de riquezas.





CD MARQUES REIS / ESTRADA /5267

**E**m meados do século XIX, dois movimentos contíguos, originalmente unidos pela conquista de terras controladas pelo Império brasileiro tidas como “devolutas”, ou seja, que retornaram ao domínio público e que podiam ser requeridas por meio de posse, se organizaram para novamente colocar essa região no mapa. Ambos se estenderiam para além do momento de instituição da Província do Paraná, em 1853, compondo os primeiros esforços de povoamento da região do “Valuto” ou “Panema”, então oficialmente norte do Paraná. São deslocamentos que devem ser entendidos como oriundos de pretéritas formas de organização do território e de conquista da propriedade privada no Brasil, posteriormente organizadas pela promulgação da Lei de Terras em 1850, quando a terra pública, mesmo entendida como mercadoria, por estar completamente isolada, não tinha valor de fato. Vale salientar que, mesmo com tais investidas, essas terras nortistas ainda permaneceriam praticamente desconhecidas pelas autoridades da Província recém-criada, apesar de já famosas entre caboclos e fazendeiros paulistas.

Avançando pelos vales do rio Itararé e rio das Cinzas, a partir dos anos 1840, indivíduos originários da recém-criada Província de Minas Gerais, impulsionados pelas dificuldades encontradas em sua região de origem e atraídos pelas possibilidades de posse de terras devolutas ao norte do caminho que levava aos Campos Gerais paranaenses, empregavam costumeira maneira de adquirir terras no Brasil daqueles tempos: instalavam-se sobre a cabeceira de um riacho e estipulavam sua propriedade rio abaixo. Nesses latifúndios, o surgimento de um núcleo urbano também seguia outra prática muito comum: apartava-se um terreno para uma futura capela ao santo em devoção, que reuniria os primeiros moradores do mirrado assentamento. Dessa forma, vários povoados foram fundados no século XIX, como São José do Cristianismo (que foi extinto), São José da Boa Vista, Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Tomasina (mais tarde, Tomazina), Santa Ana do Itararé (hoje Santana do Itararé), Colônia dos Mineiros (atual Siqueira Campos), que pelo nome sugere a

## O Norte nos primórdios do Paraná



CD / SERTANOPOLIS / IGREJA / 5630



CD / SERTANOPOLIS / 5679

proeminência de seus moradores, e Santo Antônio da Platina, dentre outros. Já no final do século, com a fundação do núcleo urbano de Água da Prata, mais tarde transferido para o local definitivo pela instalação de uma capela, surgia Ourinho, atual Jacarezinho, transpondo a escarpa da Serra Geral, expondo os férteis solos do Terceiro Planalto, encerrando esse percurso de conquista. Situa-se nesse contexto o movimento que aqui se chamará de "frente leste-oeste" de repovoamento do norte paranaense que, como visto, foi talhado em procedimentos antigos de apoderar-se do território e se caracteriza pelo surgimento de vários núcleos urbanos.

Nesses primórdios, por força das dificuldades de conexão com a porção sul da Província, a comunicação era mantida essencialmente com os vizinhos ao norte, sobretudo após o célere avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Se no princípio as culturas de subsistência garantiam os afazeres cotidianos, no início do século XX, o cultivo do café e do milho e a criação de porcos (sabidamente apelidados de "milho a pé" em referência a sua principal ração alimentícia) garantiram a projeção dessa região no Estado. A tal ponto que instigou a extensão dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, depois nomeado ramal do Paranapanema, até o litoral paranaense: saindo de Jaguariaíva em 1912 e atingindo Jacarezinho em 1930, pontuou no território várias estações ferroviárias. Configurava-se, assim, a primeira conexão oficial entre capital e porção norte do Paraná.

O segundo movimento, além de conquista de novas terras, também teria certa motivação militar, pois querelas fronteiriças com o Paraguai impeliam por melhores alternativas de comunicação com a então Província de Mato Grosso. Porém, não foi uma dinâmica que permitiu o florescimento de cidades como seu contemporâneo, mais a leste. Esse fronte tem como principal personagem o gaúcho João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, figura proeminente no cenário político e econômico da Província de São Paulo e, depois, do Paraná, no século XIX. Os trabalhos de campo do sertanista Joaquim Francisco Lopes e do agrimensor norte americano John Henry Elliot, contratados por João da Silva Machado, foram de suma importância para a expansão dos conhecimentos sobre o sertão. Desses esforços nasceu a colônia militar Nossa Senhora da



CD ANDIRA / ESTAÇÃO /  
5032



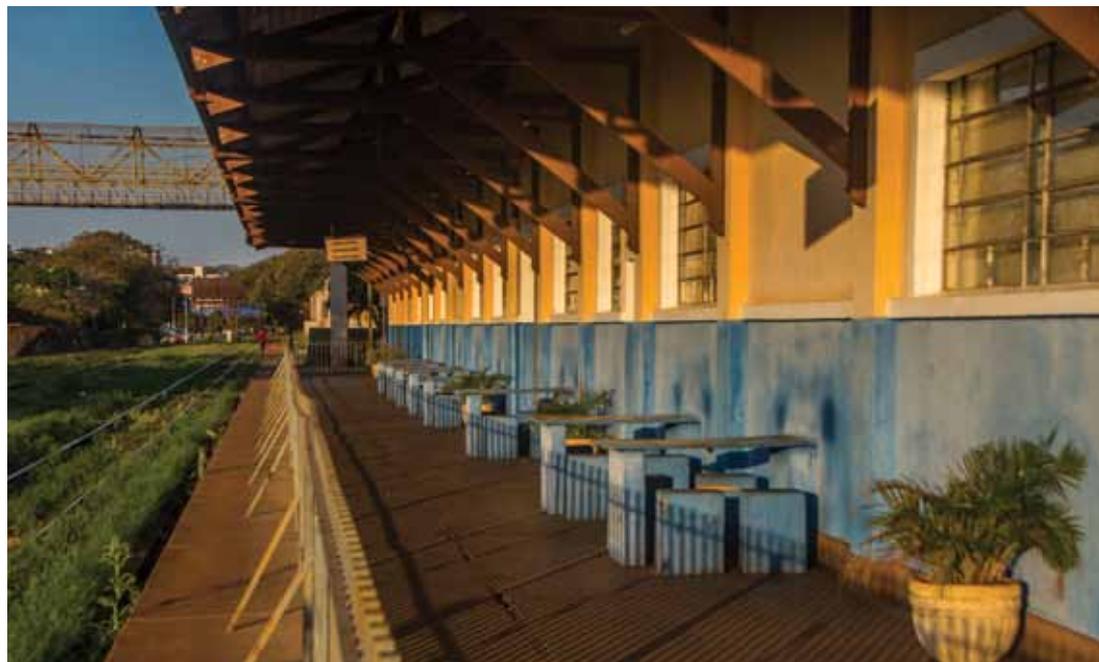
CD JACAREZINHO /  
ESTACAO / 5381



CD STO ANTONIO /  
ESTACAO / 5532

Conceição do Jatahy, às margens de um pequeno afluente do caudaloso Rio Tibagi, outorgada por decreto imperial em 1851 e fundada em dezembro de 1854, próxima do atual Jataizinho, e três aldeamentos indígenas: colônia D. Pedro, mais tarde rebatizada de São Pedro de Alcântara, em 1855, do outro lado do grande rio; o aldeamento de São Jerônimo, atualmente nas imediações do município de São Jerônimo da Serra, ordenado pelo Ministério do Império à Província do Paraná, em 1859, e instalado por volta de 1856; e o aldeamento Nossa Senhora do Pirapó, no local de antiga redução jesuítica às margens do Paranapanema, sendo transferido para rio acima, em 1862, com o nome de Paranapanema.

Esses pontos avançados na imensidão verde, sempre com grandes dificuldades de sustentação, ligados por picadas abertas no braço e na faca, não conseguiram manter as suas motivações iniciais e extinguiram-se. Apesar disso, foram locais de referência para as infrequentes expedições de reconhecimento, quer seja de viajantes curiosos ou de sertanistas, para cativar as crenças dos indígenas. Ambos os movimentos, contudo, não poderiam ser comparados ao ímpeto de conquista por terras que se seguiria mais ao norte e que abriria por vez o norte do Paraná para uma conjuntura de grande intensidade de repovoamento. O mapa 5 registra essa situação ao final do século XIX e início do século XX.







**A**o despontar o século XX, os férteis e suaves solos do Terceiro Planalto Paranaense já eram mais conhecidos e ainda mais cobiçados sobretudo pelos vizinhos fazendeiros paulistas. A transformação da paisagem que seguiria pelas próximas quatro décadas mesclou procedimentos em que sítios se altercavam com latifúndios e o plantio do café ampliava-se, embora dividisse espaços com outras culturas, pastos e matas intocadas. Cortada pela linha do trem e por estradas de chão que favoreciam o deslocamento, a terra, com suporte legal, seria agora adquirida como mercadoria, favorecendo a especulação imobiliária. Empresas e indivíduos fundaram núcleos urbanos com desenho característico. Antigos e novos métodos de conquista do território coexistiram para alterar e quase aniquilar a paisagem natural, dando outro sentido ao povoamento do Norte do Paraná.

A cafeicultura em São Paulo – expressão que designa o principal produto e produtor da economia nacional – expandia-se na procura de novos espaços ao mesmo tempo em que o controle governamental, dado pelo Convênio de Taubaté (1906), um acordo entre os três mais importantes estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) para assegurar um preço mínimo na saca do café, cerceava o plantio nesses estados exportadores. O avanço da Estrada de Ferro Sorocabana, que atingiu em 1908 as proximidades do Paranapanema, onde inaugurou uma parada próxima do povoamento mais tarde renomeado Ourinhos, favorecia toda a região com a possibilidade de fácil comunicação com o porto de Santos. No caso paranaense, restava a dificuldade de transposição do rio e da inexistência de uma malha viária para suportar o avanço produtivo. Por esse motivo, até o princípio da década de 1920, mesmo com os esforços do governo estadual no sentido de realizar transferências de posse mediante concessões, poucos foram os resultados efetivos para a colonização dessas terras. Ainda que por iniciativa de latifundiários o plantio do café avançasse nas imediações de Jacarezinho, com cafezais que atingiam mais de um milhão de pés plantados, restavam as dificuldades de sempre.

## A sincrônica “frente nordeste-sudoeste” de transformação do norte paranaense



SERRA MORENA / ESTACAO ? 4743

CD CAMBARA / AGRO3M / 5251



-CD CAMBARA / PHARMACIA / 5114

CD ANDIRA / CINEMA / 5018

CD CORNRLIO PROCOPIO / COMERCIO / 4807

A década de 1920, porém, experimentaria, em duas circunstâncias, uma inversão dessa toada. A primeira se daria pela ação da empresa Corain & Cia., inicialmente nominada de Corain & Machado, companhia que nasceu por conta da concessão de terras para César Corain e Antonio Machado César, em 1919, em cujo território se fundaria a cidade de Primeiro de Maio, em 1923. Nesse mesmo ano Sertanópolis seria criada pelo concedente Leopoldo de Paula Vieira, inaugurando o febril movimento da fronteira do café no norte do Paraná. Em ambas, a divisão da área em pequenas propriedades foi um fato marcante na época. Essas concessões foram os resultados mais concretos do esforço legal que o governo estadual promovia para a colonização do Paraná, com o objetivo de povoar sem gastos e com lucro. Esse amparo legislativo fundamentaria a compra, entre 1925 e 1928, de um grande trato de terra pela Paraná Plantations Limited, futura Companhia de Terras Norte do Paraná, e o pagamento em terras a Francisco Gutierrez Beltrão, pelos serviços prestados ao governo. Com essas transações, abrir-se-iam as terras para além do caudaloso Rio Tibagi.

A segunda, e certamente com maiores implicações para a transformação desse território, consistiria nos resultados da penetração das "paralelas de aço", a partir da estrutura da Sorocabana, cujos vagões transitavam pela divisa de São Paulo. Em seu tricoteio pelas terras paranaenses, a ferrovia pontilhou o terreno com diversas estações ferroviárias que, em alguns casos, permaneceram e foram perdidas no tempo e, em outros, resultaram em assentamentos urbanos – ora nas imediações de pequenos povoados ainda em formação, ora *ex nihilo*. Os pequenos intervalos entre as estações, em média 15 quilômetros, tinham o objetivo de facilitar a circulação dos comboios, uma vez que permitiam o reabastecimento de água e lenha em meio à mata fechada. Ao mesmo tempo, esses entrepostos garantiam a demanda por produtos manufaturados, aumentando os lucros. Nesse processo, em que se misturam procedimentos formadores de núcleos urbanos, o eixo ferroviário estruturou a transformação da paisagem natural, deixando marcas singulares nessa região.

Por iniciativa de latifundiários possuidores de terras no norte paranaense, estabeleceu-se a Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná, em 1921, com direitos concedidos pelos governos de São Paulo e Paraná para executar o





CD URAI / CASAS / 4733

antigo desejo de interligar as terras brasileiras ao Paraguai. Todavia, estavam principalmente interessados no escoamento da crescente produção agrícola da região de Jacarezinho, que, em poucos anos, suplantaria em importância a zona cafeeira do Segundo Planalto e seria considerada o centro mais dinâmico da cafeicultura paranaense. Portanto, enquanto se cumpria a primeira transferência do núcleo cafeeiro no Paraná, em São Paulo as colheitas atingiam seu apogeu. No ano de 1924, a então rebatizada Companhia Ferroviária Paraná – São Paulo inaugurou seu primeiro trecho até a estação Leoflóra, hoje demolida. No próximo ano, abria-se a segunda estação, situada nas proximidades do povoado Alambari, que existia desde o início do século e se tornaria a cidade de Cambará. Este primeiro momento da construção da estrada de ferro, promovida pelos esforços de arrojados indivíduos, era seguido de perto pela iniciativa governamental, uma vez que os trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo - Rio Grande atingiram a estação Platina (nas imediações de Santo Antônio da Platina) em 1927, concorrendo para o transporte das safras. Os poucos mais de 30 quilômetros construídos, no entanto, cativaram maiores ambições e, na sequência, sua expansão tomou novo ímpeto.

A conjunção de vários fatores motivou a intensificação do processo de transformação das terras florestadas: condições naturais muito favoráveis, preços irrisórios comparados aos de São Paulo, a possibilidade de escoamento ao mercado consumidor e a ganância especulativa, que já se manifestava vivamente nas redondezas dos trilhos construídos. E eles estavam sendo gestados desde 1925, quando é fundada a Companhia de Terras Norte do Paraná, e duram até 1928, quando se fecha o primeiro ciclo de compras pela recém-fundada empresa britânica. Em consequência, com mais de 500 mil alqueires em terras para organizar o retalhamento, com a maioria das ações da companhia ferroviária para expandir até seus limites e com capitais suficientes para impulsionar as vendas, o ritmo das obras se acelerou. Em 1930, seriam estabelecidas as quatro estações seguintes: Meirelles (hoje extinta), Ingá (no atual município de Andirá), Bandeirantes e Cornélio Procópio. Em 1932, outras três: Congonhas, Frei Timóteo (também extinta) e Jataí.



Embora esse segundo ciclo tenha sido marcado pela notável celeridade das obras, concretizadas em mais de 150 quilômetros construídos, perpassando por terrenos acidentados nas imediações de Cornélio Procópio, a superação da rede hidrográfica representou conquista de igual magnitude: entre os mais caudalosos, transpuseram-se Rio das Cinzas, Rio Laranjinha e Rio Congonhas. Mas, as dificuldades impostas pelo Rio Tibagi eram de outra grandeza e, por isso, balsas foram a solução viável até que, em 1935, a máquina a vapor pudesse atingir as terras da empresa bretã, no já município de Londrina. Anos adiante, outras estações seriam criadas nos intervalos, diminuindo as distâncias iniciais, mas essas articulações primeiras é que basicamente formariam os centros urbanos junto à ferrovia.

Apesar de a ferrovia consistir no maior desafio construtivo por esses anos da década de 1930, as estradas também eram motivo de apreensão, uma vez que os automóveis cada vez mais se faziam presentes na fronteira do café. Elemento primordial para o avanço dos trabalhos, picadas eram frequentemente abertas para interligar as propriedades rurais às estações e aos núcleos urbanos, instalando paulatinamente uma malha de caminhos de terra, que funcionavam

CAMBE



CD SERTANEJA / MATRIZ / 5789

como prolongamento dos trilhos. Com isso, diminuía-se as distâncias e se evitava o isolamento econômico e social dos pioneiros, preocupação universal em áreas de fronteira. Uma linha de picadas, aberta para interligar os povoados que surgiam, mais tarde se tornaria a Rodovia BR-369, desde então principal eixo de deslocamento rodoviário da região.

Por outro lado, já estava evidente para o governo estadual que as comunicações com essa porção do estado eram essenciais para a economia paranaense. Entre 1935 e 1940, foi executada a Estrada do Cerne, atual Rodovia PR-090, anunciada com grande entusiasmo na época. Disputando o escoamento das colheitas com a conexão por São Paulo, seu traçado partia de Curitiba e cruzava terrenos acidentados e diversos rios para vencer os três planaltos e suas escarpas divisórias. Com pavimentação em macadame, um raro feito para estradas de então, abriu oficialmente o norte do Paraná ao Atlântico via Porto de Paranaguá. Em suas margens, dois núcleos surgiram com o apoio de profissionais habilitados para os serviços de campo: Santa Cecília do Pavão e (Nova) Santa Bárbara. Todo esse percurso rodo-ferroviário pode ser compreendido pelo exposto no mapa inicial

Concomitantemente, outras vertentes de ocupação também se organizaram para a comercialização de terras. Uma delas se desenvolve por conta dos serviços prestados pelo Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão ao governo do Estado que, em pagamento por serviços topográficos, concedeu uma gleba nas imediações da margem esquerda do Rio Tibagi cortada pelo Ribeirão Ibiporã, repartida em propriedades rurais circundando um núcleo urbano já projetado para abrigar a estação ferroviária homônima ao rio local, em 1936. Nos domínios da Companhia de Terras Norte do Paraná, vários núcleos foram projetados para receber as estações ferroviárias, na mesma perspectiva traçada a partir da instituição da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná. Dessa maneira, surgiram em sequência: Nova Dantzig (futura Cambé), Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana e Marialva.

Outras duas iniciativas se concretizaram por força dos investimentos de companhias japonesas – Brazil Tokushoru Kaisha (mais tarde Sociedade

Colonizadora do Brasil Ltda.) e S/A Nambei Tochi Kabushiki Kaisha – que adquiriram glebas para a construção de suas colônias, mais tarde centralizadas em dois núcleos urbanos: Assaí, em 1932, e Pirianito (depois nomeado Uraí, às margens da ferrovia), em 1936. Já nos primeiros anos da década de 1940, nas terras administradas pela Companhia Agrícola Barbosa, outros três centros urbanos foram criados: Leópolis, Sertaneja e Rancho Alegre.

Nesses quarenta anos, vários povoados floresceram na extensão do terceiro platô por esforços de indivíduos pioneiros atentos às possibilidades abertas pela fronteira do café. Dentre tantos, dois exemplos evidenciam os distintos procedimentos: o povoado Congonhinhas, fundado a partir de uma capela em área doada à Igreja, em 1926, e o povoado de Galdinópolis, posteriormente rebatizado Santa Amélia, cujo dono das terras contratou os serviços de um engenheiro para a demarcação de seus limites, em 1939. Todas somadas, essas iniciativas contribuíram para singularizar ainda mais esse momento sincrônico de transformação do território.

Todavia, o universo urbano desse período revela outra intrigante característica: todas as cidades adotam planos ortogonais para a sua porção mais central. Também conhecidos como planos em grelha, são forma urbana usualmente adotada em áreas de colonização há séculos, pois a regularidade é muito mais simples de ser projetada, demarcada e registrada pelo colonizador e conferida pelo novo proprietário, sobretudo em situações de grande dificuldade, como uma região de fronteira. Mesmo assim, não se encontram medidas padronizadas para os quarteirões: os de forma quadrada não ultrapassam 110 metros de lado e os retangulares não atingem 140 metros de comprimento; ambos, relativamente de pequena dimensão, favoreciam o caminhar dos pedestres. Mas o fato que mais invoca a curiosidade advém do modo como foram estampados no território. Como nesse período não existia legislação que controlasse a abertura de loteamentos no Brasil – só promulgada em 1937 e regulamentada no ano seguinte – não sobraram muitos registros oficiais desses parcelamentos. Supõe-se que, para tamanha precisão, conhecimentos e aptidões técnicas de profissionais – engenheiros, agrimensores e topógrafos – foram prontamente empregados, sem que ficassem devidamente inscritos em repartição pública. Eis



CD IBIPORA / MATRIZ / 4492



aqui um belo tema para uma investigação histórica... Apresentam-se ao lado as vistas aéreas de Sertanópolis e Bandeirantes, a fim de indicar a presença da grelha como inspiração para os primeiros traços dessas cidades.

De qualquer forma, a paisagem desses núcleos apresentava muitas situações em comum, semelhantes ao panorama encontrado em formações urbanas de outras épocas pelo Brasil. As edificações de madeira que aproveitavam a matéria prima abundante despontavam como maioria, mas a alvenaria de tijolos também poderia se fazer presente nas estações ferroviárias – sempre instaladas em generosos platôs para permitir os trabalhos dos trens. Os serviços iniciais mais primordiais eram prestados pela serraria e casas comerciais; em breve, surgiriam máquina de beneficiamento, farmácia, oficina mecânica. Em alguns casos, o hotel funcionava como a porta de entrada para a nova vida. A igreja matriz, que absorveria esforços coletivos para ser prontamente erigida, dentro em pouco seria reerguida em alvenaria e despontaria no horizonte como referência visual inspirada numa profusão estilística.

Com exceção das cidades criadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, que contava com seus próprios profissionais para a agrimensura e, portanto, recebiam um desenho mais zeloso, as demais são todas implantadas em terrenos com generosas inclinações, distanciando-se dos rios – certamente, a maleita suscitava apreensão. O platô dos pátios ferroviários sempre se localizava no ponto mais baixo da aglomeração e em nenhum caso a ferrovia se desenvolvia no ponto mais alto da cidade. As ruas retas não indicavam a separação entre o passeio e o local de passagem dos veículos: a terra imperava no início; depois, paralelepípedos para as vias e argamassa de concreto para os passeios, atualmente confuso retalho de pisos inapropriados para o seguro caminhar. A rua eleita para concentrar os principais estabelecimentos, referência para cidadãos e sitiantes, via de regra, possuía mansos declives e não tinha largura maior do que 20 metros; para a maioria das outras se destinava de 12 a 15 metros. As praças eram escassas e, habitualmente, serviam para abrigar as igrejas. Um detalhe aponta para o paulatino cuidado com o domínio público: os chanfros dos terrenos de esquina, inexistentes nas cidades do começo do século, com o tempo viram norma, permitindo melhor acomodação dos fluxos.



SERTÃOZOLIS



BANDEIRANTES

No universo agrário, o nascimento da paisagem rural nesta porção do Norte do Paraná foi caracterizado pela supremacia espacial da grande propriedade e superioridade numérica da pequena (fato realmente inusitado para a época) pela adoção de variadas culturas agrícolas, para garantir a subsistência dos indivíduos em meio às dificuldades de comunicação deste lado do Paranapanema, e pela preservação de grandes extensões de mata, à espera de novas possibilidades. Ainda que uma das marcas da cafeicultura brasileira tenha sido a monocultura, até os anos de 1920 o plantio do café no Paraná não teria expressão econômica, só suplantando o milho nos vagões a partir da década de 1940. Neste intervalo de tempo, a cafeicultura rumaria das zonas mais antigas para as que estavam sendo abertas no platô superior, atestando a fama do café como cultivo altamente itinerante, onde permaneceria incontestemente até os anos de 1950, quando toda a extensão ao oeste do Tibagi enfim conduziria a estrofe final da sinfonia.



## A vívida expansão da fronteira do café pelo Norte do Paraná

**R**econhecido como um cultivo sensível às oscilações do mercado internacional, o plantio do café impingiria novo ritmo à marcha de transformação do território paranaense ao final da Segunda Guerra Mundial. Tal foi sua veemência que até áreas inapropriadas pelas circunstâncias do clima e da composição do solo receberam milhões de pés da rubiácea. Ao mesmo tempo, o negócio de terras assumiu um novo patamar, em virtude da ciranda valorizadora que acabou impulsionando a atividade empreendedora de várias companhias imobiliárias rumo às áreas florestadas. O próprio governo estadual também acompanharia esse ímpeto, fundando várias colônias, competindo com a iniciativa privada. Nessa nova conjuntura, o planejamento tornou-se mais habitual, com vistas a comercializar uma mercadoria suficientemente padronizada. A criação de cidades atingiria seu apogeu, em níveis raramente experimentados na história brasileira. O movimento de transformação do território expandia-se com o dinamismo de uma fronteira agrícola, fenômeno já vivenciado em inúmeros cantos do planeta, com sua inerente dramaticidade.

De um lado, a paisagem agrária iria se revolucionar: a superioridade numérica e espacial da pequena e média propriedade far-se-ia sentir decididamente; em consequência, ganhava em colorido e variedade. E à medida que o preço internacional do café aumentava, os ânimos se alteravam e o plantio do café se intensificava, favorecendo o florescimento de ilhas de monocultura. Aos poucos, em virtude dos altos rendimentos do solo, o Estado do Paraná foi se tornando o maior produtor de café do Brasil, ultrapassando São Paulo na década de 1960; em 1961, mais de um bilhão de pés de cafés estavam vicejando no auge do boom do café no norte paranaense. Contudo, uma somatória de fatores – naturais e antrópicos – iria alterar esse cenário a partir de meados dos anos de 1960 e o universo rural iria se transmutar para nunca mais recompor as cores e texturas lançadas pela onda cafeeira na paisagem.

SERTANOPOLIS 2 centro 5670

SANTA MARIANA / COMERCIO / 4879



O domínio urbano, por sua vez, também ganhou em diversidade. A fundação de cidades por indivíduos empreendedores ainda continuava a se manifestar, mas seria a generalizada ação de companhias imobiliárias que daria contornos distintos a esse momento. De variado porte e distintas formações, a entrada dessas empresas no cenário assinala a alteração do sentido da criação de cidades no Brasil, quando o impulso sagrado, pela importância da igreja como elemento aglutinador dos esforços, é superado pelo comercial. E o uso de propaganda em jornais para atrair compradores tornou-se um elemento indicador dos anseios da conjuntura, pois o objetivo era obter "sucesso" e se emancipar como município, até porque as responsabilidades para o loteador em muito diminuiriam. Dentre as mais de quarenta companhias, a atual Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foi, sem dúvida, a que deixou o maior legado em extensão de terras e número de núcleos, contabilizando 62 formações urbanas em pouco mais de 545.000 alqueires. Nos vinte anos após a Guerra, lançou quatro cidades a cada ano, em média, e a década de 1950 registrou um período de intenso afã imobiliário, condizente com o avanço do plantio em terras novas.

O desenho desses núcleos urbanos, em sua maioria, continuava a se inspirar na grelha. Por vezes, implantava-se uma extensão quase infinita do mesmo tipo de quarteirão, como se as condições topográficas do terreno não existissem. Em algumas cidades, como Alto Paraná (1948), o gigantismo do plano acabou frustrando as expectativas dos fundadores, pois a totalidade nunca se concretizou, o que é um forte indicativo da força da especulação imobiliária em torno desses empreendimentos de fronteira. Por outro lado, algumas criações são exemplos de grande inventividade, pelo caprichoso desenho: Loanda (1952), projetada pelo engenheiro civil Afranio Jonas, tem provavelmente o esquema geométrico mais intrincado do norte do Paraná; Ivaiporã (1953), planejada pelo engenheiro civil Yaroslau Sessak, também se destaca das demais, em virtude do conjunto de soluções adotadas, com um preciso acompanhamento do sítio definindo as ruas e ressaltando os principais espaços públicos. E tantas outras, como Maringá (1947), Cianorte (1950), Nova Olímpia (1951), Nova Londrina (1952), Pérola (1953), Ivaté (1958) etc. Poder-se-ia afirmar que a regularidade, desde o tamanho do lote ao tratamento



das ruas, seria a característica mais marcante destes planos, indicando as motivações comerciais. Ainda assim, o cuidado na escolha do sítio para a localização da cidade, a aplicação da geometria na composição geral e a cada vez mais presente generosidade na definição dos espaços públicos, dentre outros aspectos, distinguem esse conjunto urbano de outras experiências de fronteira, tornando-se uma experiência realmente marcante em nível mundial.

Passado quase um século das primeiras variantes que dariam distinta entonação para a formação do território pela composição sinfônica da fronteira do café, o Norte do Paraná ainda continua a modelar suas paisagens. Percorrendo sua extensa malha viária, hoje estruturada pela Rodovia dos Cereais, descortina-se uma agricultura muito mais diversificada e extremamente competitiva, ocupando a visão com onduladas extensões de um cativante colorido. E, conquanto algumas pequenas cidades ainda conservem uma melancólica atmosfera, em que estações ferroviárias e linha férrea abandonadas evocam um vibrante passado, outras conseguiram despontar frente à complexa rede urbana brasileira, tornando-se símbolos do mesmo espírito empreendedor que lhe deu origem, posicionando essa região entre as mais dinâmicas do país.

CD ASSAI / RUAS / 4583 /



O território do Norte do Paraná tem despertado a curiosidade de estudiosos de múltiplos interesses há uma centena de anos. Nesse considerável conjunto de trabalhos composto desde os relatos dos primeiros viajantes, como os de J. H. Elliot, T. P. Bigg-Whitter, entre outros, vários foram os que retrataram as peculiaridades dessas terras. Entretanto, a partir da metade do século passado, novas posições têm escrutinado a formação do norte paranaense, alimentando uma torrente revisionista. Essas últimas linhas são destinadas a guiar o leitor na condução de inspiradoras leituras, funcionando quase como uma bibliografia comentada, porém de forma muito sucinta. Essa seleção implica numa escolha deliberada de autores que ajudaram na tessitura desse texto, mas que não apareceram acima referenciados, para dar um fluxo mais natural à sua leitura. Portanto, deve-se a estes autores o crédito de grande parte das informações aqui repassadas.

Primeiramente, destaque para os geógrafos, que felizmente vivenciaram em campo os vários momentos da constituição do Norte do Paraná. A obra "Geografia física do Estado do Paraná" (2002 [1968]), do Professor Reinhard Maack é o mais completo compêndio sobre a conformação do território paranaense, lastreado em sua vasta produção científica. As noções sobre as características das paisagens naturais é empréstimo desse compêndio. O livro "Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo" (1984 [1977]), do Professor Pierre Monbeig, pode ser considerado como um clássico da Geografia Humana e retrata com riqueza as condições naturais, a marcha do café e o mundo dos pioneiros em São Paulo e no Paraná, quando de sua estadia no Brasil da década de 1940. Suas observações sobre as distintas etapas da franja pioneira paranaense e suas marcas na paisagem rural e urbana são testemunhos fundamentais para a compreensão desse momento histórico e inspiram profundamente a base da descrição aqui expressa. O mesmo pode ser dito sobre o casal Nilo Bernardes – "Expansão do povoamento no Estado do Paraná" (1952) – e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes – "O problema das 'frentes pioneiras' no Estado do Paraná" (1953) – que com dedicado trabalho no IBGE, conseguiram disponibilizar informações sobre a

## Considerações finais: leituras sobre o norte do Paraná

-CD JATAIZINHO / INDUSTRIA / 4557



ASSAI/ CASAS / 4605

dispersão do povoamento no Paraná, registrando vívidas especificidades das zonas pioneiras do norte paranaense. Para terminar, merece destaque a obra "Colonização Agrária do Norte do Paraná" (1975), do Professor Gerd Kohlhepp, finalmente recém-publicado em português, em virtude da profundidade no tratamento de dados primários sobre o processo de colonização, a estrutura agrária e o desenvolvimento da cafeicultura no Norte do Paraná. Certamente, o conjunto desses trabalhos é fonte riquíssima de dados de quem observou a realidade atentamente a olhos nus.

Os historiadores, por sua vez, contribuíram para iluminar aspectos muitas vezes ignorados, perdidos e/ou encobertos na história paranaense, por meio do cuidadoso trabalho com as fontes primárias. Neste aspecto, a tese (mais completa do que o livro publicado a partir da tese) da Professora Nadir Aparecida Cancian, "Cafeicultura Paranaense: 1900-1970 – estudo de conjunturas" (1977) mostra-se imprescindível para se apreender todas as nuances do desenvolvimento da cafeicultura no Paraná. É dessa pesquisa que se extraiu a maioria das informações sobre suas características. O texto "Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno" (1968), dos Professores Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Ativa Pilatti Balhana, traz informações preciosas sobre a política agrária adotada pelo governo estadual e como resultou na ocupação das terras paranaenses. O livro "Norte Velho, Norte Pioneiro" (1987), do Professor Ruy Christovam Wachowicz, também constitui um dos principais alicerces de muito do que foi exposto neste texto. Trata-se de investigação minuciosa, lastrada em rica fonte de informação oral e escrita sobre os acontecimentos nessa região. Os relatos sobre as culturas indígenas que povoaram a porção sul do continente advieram dos estudos dos pesquisadores Francisco Silva Noelli – "A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas, 1872-2000" (2000) – e Lucio Tadeu Mota – "Guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)" (1994). Aqui, um registro sobre uma quase ausência: a despeito das informações compiladas em "As estradas de ferro do Paraná: 1880 - 1940" (1985), tese de doutorado de Lando Rogério Kroetz, e em "Das estradas às rodovias: meio século de rodoviarismo no Paraná" (1996), de Cynthia Roncaglio, a intermitente implantação da infraestrutura no Estado do Paraná ainda requer maiores cuidados.

Por fim, o livro "Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana" (2013) fundamenta as observações elaboradas para parte do universo urbano da fronteira do café. Essa obra é uma tentativa de situar as cidades em primeiro plano quando do estudo desse movimento de transformação do território, centrando-se naquelas criadas por companhias imobiliárias. Já no artigo "Grid Plan New Towns in the Brazilian Coffee Frontier" encontra-se discussões mais aprofundadas sobre as razões da utilização da grelha para desenho de cidades, exemplificando a inventividade na variação de seu uso no Norte do Paraná. Parte das informações disponibilizadas sobre a história das cidades mencionadas adveio dos arquivos disponibilizados pelo IBGE, no seu catálogo on-line e na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" (1958). Nesse aspecto, outra carência: não há para o conjunto urbano paranaense uma produção bibliográfica de corte histórico que analise seu processo constitutivo; esforço árduo, mas que já foi elaborado sobre o conjunto urbano de países e alguns estados brasileiros. Por último, as observações sobre as paisagens dos núcleos urbanos citados no texto são em virtude de observações in loco, feitas em prazerosas andanças pelo Norte do Paraná, as quais se sugere para aqueles que desejem experimentar a permanência construída da agitação dissipada da fronteira do café.

#### Referências bibliográficas

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 335-384, jul./set. 1953.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 427-456, out./dez. 1952.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense: 1900-1970: estudo de conjunturas*. Curitiba: Grafipar, 1981.

IBGE. *Catálogo on-line*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>>. Acesso em 18 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. 10: Grande Região Sul. Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. 31: Municípios do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1959.

KOHLHEPP, Gerd. *Colonização agrária no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. Maringá: Eduem, 2014.

KROETZ, Lando Rogerio. *As estradas de ferro do Paraná: 1880-1940*. 1985. 262p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MAAK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. 4. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012.

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOTA, Lucio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná: 1769-1924*. Maringá: Eduem, 1994.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas, 1872 - 2000. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez. 1999/fev. 2000.

RONCAGLIO, Cynthia. *Das estradas às rodovias: meio século de rodoviarismo no Paraná - edição comemorativa dos 50 anos da criação do Departamento de Estradas de Rodagem: 1946-1996*. Curitiba: DER/DEAP, 1996.

ROSANELI, Alessandro Filla. *Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

\_\_\_\_\_. Grid plan new towns in the brazilian coffee frontier. *Journal of Urban Design*, v. 19, n. 5, p. 638-659, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13574809.2014.943702>>. Acesso em 26 set. 2014.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatte. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim do Departamento de História - Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.